

PMDB paulista pede "tratamento duro" na renegociação da dívida

14 SET. 1987

SÃO PAULO — O Brasil deve adotar um "tratamento duro" na renegociação da dívida externa "e a moratória não deve ser descartada". Essa foi uma das principais sugestões aprovadas pelos um mil e duzentos delegados que participaram, no fim de semana, 1 mil 200, do 1º Congresso Estadual que o PMDB paulista realizou para discutir a atualização do programa partidário.

Ao final dos dois dias de congresso, ontem, os delegados do PMDB paulistas — a mais bem estruturada e poderosa seção do partido em todo o país — aprovaram uma moção de irrestrito apoio ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira, na renegociação da dívida externa. Mas o documento não hipoteca o mesmo apoio, e nem mesmo faz qualquer referência à política econômica interna do ministro.

O PMDB deve deixar de ser o partido da resistência e do ataque ao arbítrio, para se tornar a legenda da luta pela justiça social e do combate à miséria da população, propõe a seção paulista. As sugestões aprovadas no congresso para o novo programa do PMDB serão levadas agora por uma delegação de dirigentes pemedebistas de São Paulo, ao presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, com o pedido de que as inclua no futuro programa, a ser aprovado em convenção nacional.

Primárias — A questão mais polêmica do encontro, aprovada ao final, foi a mudança do processo de indicação dos candidatos que disputarão eleições pelo partido. O PMDB paulista decidiu que, a partir de agora, eles devem ser escolhidos pelo voto direto de seus 600 mil filiados, em eleições primárias, e não apenas pelos delegados partidários, eleitos geralmente dois anos antes das convenções de homologação de candidatos.

O governador Orestes Quécia, que fez toda a carreira política baseada no apoio e controle absoluto dos delegados, encarou com reservas a sugestão de primárias. Disse que a vê "com simpatias", mas lembrou que para vigorar precisam ser feitas alterações na legislação partidária-eleitoral e que, se o processo é aplicável em São Paulo, ele não sabe se é conveniente para os outros estados.

Atualização — O presidente regional do PMDB, deputado Airton Sandoval, explicou que a atualização programática é necessária porque pontos como "a resistência à ditadura e a luta contra o arbítrio" hoje não têm mais razão de constar do programa.

"O programa deve se voltar, agora, para o combate à miséria da população, a uma justa distribuição de renda. Deve contemplar maior assistência aos velhos e a descentralização do poder", sugeriu Sandoval.

O congresso pemedebista, como preferia Quécia, passou ao largo de questões polêmicas, como a duração do mandato do presidente Sarney e o regime de governo. Quécia quer a manutenção do presidencialismo e cinco anos de governo para Sarney.